

# A *DESCOBERTA* DO TERRITÓRIO E OUTRAS PREMISSAS DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

*DISCOVERY OF THE TERRITORY AND OTHER PREMISES OF TERRITORIAL DEVELOPMENT*

**Resumo:** Neste texto, estamos socializando algumas reflexões que fizemos a partir de três projetos de cooperação que efetivamos com camponeses agroecológicos e com moradores simples e humildades da periferia urbana da cidade Francisco Beltrão (Paraná), evidenciando a abordagem territorial adotada na pesquisa e nas ações participativas, a *descoberta* do território como componente fundamental do desenvolvimento de base local, cultural e ecológica, bem como a centralidade da criação e/ou qualificação da *consciência de classe e de lugar* na ativação de territorialidades voltadas para a cooperação, a solidariedade, a luta e a resistência política diante das forças hegemônicas do capital e do Estado burguês.

**Palavras-chave:** Território; Desenvolvimento urbano e rural; *Consciência de classe e de lugar*.

**Abstract:** In this text, we are socializing some reflections that we made from three projects of cooperation that we made with agroecological peasants and with simple residents and humility of the urban periphery of the city Francisco Beltrão (Paraná), evidencing the territorial approach adopted in research and participatory actions, the *discovery* of territory as a fundamental component of local, cultural and ecological development, as well as the centrality of the creation and/or qualification of *class and place consciousness* in the activation of territorialities aimed at cooperation, solidarity, struggle and political resistance to the hegemonic forces of capital and the bourgeois state.

**Key-words:** Territory; Urban and rural development; *Class and Place Consciousness*.

## Introdução

Inicialmente é importante mencionar que estamos trabalhando sistematicamente, no ensino, na pesquisa e na extensão acadêmica, tentando contribuir na construção de uma concepção de Geografia voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial dialógico, ecológico, cultural e participativo (DANSERO, 2008; DANSERO e ZOBEL, 2007; AUTOR, 2015 [2011], 2011, 2013a, 2014a, 2014b, 2016a, 2016b, 2017a; AUTOR, DANSERO e CANDIOTTO, 2012; SCOPPETTA, 2009; GONZALEZ DIAZ et al, 2013), valorizando a autonomia decisória, a criatividade, a preservação e conservação da natureza, a identidade, o conhecimento popular, a reciprocidade, a *ancoragem* e os vínculos territoriais, num movimento contrário à reprodução ampliada do capital.

Esta perspectiva de abordagem e trabalho comunitário está sendo construída com outros professores, pesquisadores e trabalhadores da extensão/cooperação, por meio de uma

concepção histórica, reticular, relacional e *pluridimensional* (DANSERO e ZOBEL, 2007) ou (i)material que reconhece e considera efetivamente as relações sociedade-natureza (AUTOR, 2007). Trata-se de um movimento no qual sempre tentamos integrar teoria e empiria, conceitos e práticas, para colaborar na revisão da Geografia como ciência e na utilização, por parte dos sujeitos estudados, dos conhecimentos produzidos no âmbito acadêmico, preferencialmente, trabalhando COM eles. E é esta problemática que tentamos desenvolver neste texto: mostrar aspectos fundamentais da *descoberta* do território como espaço e lugar de mobilização e luta e, ao mesmo tempo, como podemos praticar o desenvolvimento com o significado que explicitaremos no decorrer desta Introdução, por meio de projetos urbanos e/ou rurais.

Essa concepção tem sido debatida e construída a partir de 1996, quando nos envolvemos na discussão e efetivação do *Projeto Vida na Roça* (1996-1998), trabalhando COM distintos sujeitos e instituições (públicas, ONGs, sindicatos e associações), num movimento de articulação política em favor do desenvolvimento multidimensional (agricultura, educação, ambiente, saúde, cultura e recreação), melhorando a capacidade organizativa local das famílias de agricultores camponeses da comunidade de Jacutinga (Francisco Beltrão - Paraná). As principais diretrizes das ações foram a auto-organização, a interdisciplinaridade, a agroecologia, a diversificação produtiva e a participação social (em reuniões, assembleias, oficinas, cursos, pesquisas e ações comunitárias permeadas pelo debate dos “*sonhos*”, imaginando uma vida melhor). Considerando estes princípios orientadores, as principais atividades foram: definição do grupo de trabalho a partir das colaborações estabelecidas; constante diálogo com os colaboradores institucionais e com as lideranças da comunidade; assembleias decisórias; estudos diagnósticos dos estabelecimentos rurais com a participação dos moradores (“metodologia” dos “*sonhos*” dos homens, mulheres, crianças e idosos); socialização e discussão dos dados e das análises feitas com os habitantes da comunidade; definição, em conjunto, das ações prioritárias para resolver os principais problemas identificados; articulações para conseguir outras colaborações institucionais e recursos financeiros para as ações do projeto; análise do solo dos estabelecimentos rurais; ações de educação ambiental na escola da comunidade; reflorestamento de algumas áreas devastadas; cultivo agroecológico etc. (AUTOR e DUARTE, 1996; AUTOR, 2015 [2011]). “[...] A objetividade, a linguagem e a forma de pensar da população participante serão constantemente consideradas” (AUTOR e DUARTE, 1996, p. 6).

Já no *Projeto Vida no Bairro* (2002-2006) os sujeitos com os quais trabalhamos eram diferentes daqueles do rural. Nesta iniciativa de colaboração entre diversas instituições públicas, associativas e sindicatos, efetivamos as ações de pesquisa e cooperação com moradores da periferia urbana, contribuindo diretamente na solução de problemas que poderiam melhorar as condições de vida dos habitantes do bairro São Francisco, na cidade de Francisco Beltrão (Paraná). As principais atividades realizadas foram: reuniões com os

moradores do bairro; definição em conjunto da equipe de coordenação do projeto; reuniões com os moradores das principais ruas do bairro, para consultá-los e envolvê-los nas ações do projeto, identificando problemas e as soluções mais urgentes para serem efetivadas, escrevendo o diagnóstico do bairro; definição das cooperações para realização das atividades previstas com os moradores; coleta dos dados e análises dos mesmos com a participação de alguns habitantes do bairro; socialização e discussão do diagnóstico realizado; debate e definição conjunta das ações prioritárias; avaliação e acompanhamento das atividades realizadas; redação do plano de trabalho e das ações discutidas com os moradores, tais como cursos (in)formativos (boas práticas de alimentação; formação de lideranças políticas; música; pintura em tecido), restabelecimento das linhas do transporte coletivo, regularização da titulação das propriedades dos terrenos e das casas dos moradores, iluminação pública de algumas ruas do bairro, criação do laboratório de informática etc. (AUTOR, PACÍFICO e FLÁVIO, 2005; AUTOR 2015 [2011]; AUTOR e FLÁVIO, 2015).

Isto que significa que, um dos principais *caminhos* por nós considerado, para melhorar a qualidade de vida da população mais simples e humilde, é a *organização popular*, trabalhando junto com a diversidade dos sujeitos. “O PVB tem se orientado, assim, para a *práxis* da própria ciência de contribuir na superação da opressão cotidiana via consciência política e intervenção organizada [...]” (AUTOR, PACÍFICO e FLÁVIO, 2005, p. 17). Houve, portanto, uma combinação de esforços, compartilhamento de conhecimentos e participação dos distintos sujeitos em todas as atividades realizadas entre 2002 e 2006. “Neste sentido, mais do que um projeto ou uma vontade individual, o PVB é uma forma de ver e compreender o mundo, uma estratégia de ações conjuntas, com um forte caráter participativo” (AUTOR, PACÍFICO e FLÁVIO, 2005, p. 23).

Também realizamos outros projetos de pesquisa e cooperação, sempre trabalhando COM moradores urbanos e rurais, produtores de alimentos agroecológicos e artesanais, bem como de plantas medicinais e aromáticas, na tentativa de contribuir em processos de ativação dos sujeitos, de valorização dos seus saberes e técnicas, das suas identidades e mobilizações políticas, em consonância com as singularidades territoriais. São projetos nos quais a *práxis* ocorreu no processo, com o transcorrer das ações entre os distintos sujeitos, tentando superar dificuldades e limites, valorizando-se e potencializando-se a *ancoragem* territorial, a solidariedade, as redes curtas de produção e comercialização e a auto-organização dos sujeitos num processo de resistência ao capital e contra-hegemonia.

No projeto *Agricultura familiar agroecológica nos municípios de Itapejara d’Oeste, Salto do Lontra e Verê (Sudoeste do Paraná), como estratégia de inclusão social e desenvolvimento territorial*, financiado pela Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná (SETI), através do *Programa Universidade sem Fronteiras* (USF), entre 2009 e 2011, nossos objetivos principais foram: compreender as características da

produção agroecológica; contribuir para a qualificação desta produção e para a geração de empregos; identificar as prioridades dos agricultores e viabilizar cursos de capacitação e formação. Para tal, optamos pela metodologia participativa desde a coleta dos dados, passando pela discussão da metodologia até o planejamento e realização das ações voltadas para o desenvolvimento. Na primeira fase identificamos os produtores agroecológicos, a produção, as perspectivas e as dificuldades enfrentadas tanto pelos agricultores como pelas instituições parceiras (ONGs, sindicatos e associações). Os trabalhos de campo e os encontros com os representantes das instituições foram muito importantes nessa etapa, pois, a partir deles, obtivemos um diagnóstico mais detalhado da realidade dos produtores e da produção agroecológica dos municípios selecionados. Com a caracterização da produção agroecológica, elaboramos mapas temáticos dos municípios e, tais mapas, foram publicados numa “cartilha” informativa elaborada pelos membros da equipe. Por meio da “cartilha” intitulada *Agroecologia e consumo consciente*, visamos informar o consumidor sobre a importância do consumo de alimentos ecológicos e divulgar as produções dos municípios. Com a “cartilha” e os mapas, os consumidores passaram a ter informações precisas sobre a localização e os produtos de cada família. Entre as atividades realizadas, também precisamos destacar nossa participação na definição dos objetivos no Plano de Desenvolvimento Municipal de Itapejara d’Oeste - PR, a realização do levantamento do patrimônio histórico-cultural deste município, a organização de alguns cursos de capacitação em parceria com a UTFPR, tais como: *Manejo de solo e água*, em Salto do Lontra - PR; *Manejo e cultivo de frutíferas*, em Verê - PR; *Pós-colheita e rotulagem*, em Itapejara d’Oeste e Salto do Lontra. Além disso, aplicamos, tabulamos e analisamos questionários, junto aos consumidores de Verê, Itapejara, Salto do Lontra e Francisco Beltrão, consultando-os sobre como gostariam de adquirir os produtos agroecológicos, diversidade e prioridades. Tal levantamento resultou num diagnóstico que foi entregue aos agricultores de cada município para orientar mudanças na produção e comercialização. Outrossim, ofertamos um curso sobre rotulagens, em Salto do Lontra, para um grupo de mulheres que fabricava bolachas e pães artesanalmente, bem como contribuimos diretamente na reorganização da feira de comercialização daquele município (AUTOR, et al, 2010; AUTOR, GAIOVICZ, MEIRA e SOUZA, 2012).

O que realizamos nos projetos de pesquisa e cooperação supracitados, foi muito diferente, justamente no sentido contrário dos encaminhamentos dados a partir do *lançamento* dos territórios rurais e da cidadania pelo Ministério de Desenvolvimento Agrária (MDA) por meio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) e da Secretaria Executiva do Programa Territórios da Cidadania (PTC), a partir de 2003, quando se classificou, considerando-se algumas variáveis quantitativas (nada mais do que isto), os recortes espaciais que seriam, a partir de então, “irrigados” por algumas migalhas de reais.

Na concepção e proposta de trabalho que temos, entendemos que os sujeitos são múltiplos, nos espaços urbanos e rurais, vivendo cotidianamente como sínteses das relações sociedade-natureza. O território contém estas relações e significa, num primeiro nível, espaço de (in)formação, mobilização, luta e resistência aos agentes do capital, além de objeto de estudos e orientação conceitual na análise e interpretação científica (AUTOR, 2008, 2015 [2011], 2013a, 2013b, 2014b, 2017a).

Desse modo, o território tem algumas características epistemológicas e ontológicas fundamentais: a) É *apropriado*, dominado e tem um conteúdo político e econômico envolvendo *pontos*, *redes* e *malhas* (INDOVINA e CALABI, 1974) que se efetivam cotidianamente também nos níveis cultural e ambiental. b) É *produzido* em diferentes *níveis escalares* (MAGNAGHI, 1976; DEMATTEIS, 1985; RAFFESTIN, 1993 [1980]; RULLANI, 2005; BRUNET, 2009; AUTOR, 2007; PUTTILLI, 2014), com um significado relacional substantivando uma *Geografia reticular* (DEMATTEIS, 1985, 1990, 1994, 1995, 2001; TURCO, 1988, 2010; GOVERNA e SALONE, 2004) ou uma complexa *trama* territorial *trans e multiescalar* (DEMATTEIS, 1985, 2001; CAMAGNI e SALONE, 1993) ou, ainda, relações *trans-territoriais* (CAMAGNI, 1993, 1997; CAMAGNI e SALONE, 1993; RULLANI, 2009) que significam interações *horizontais* e *verticais* (DEMATTEIS, 1964, 1970) ou *transversalidades* (DEMATTEIS, 1994, 1995, 2007; BRUNETTA, 1997; DEDA, 1997; RULLANI, MICELLI e DI MARIA, 2000; HAKMI e ZAOUAL, 2008; BELLIGIANO e DE RUBERTIS, 2012; TOLDO, 2013). As redes e as malhas estão na base de cada território (GOTTMANN, 1947, 1952, 1973, 1975; INDOVINA e CALABI, 1974; MAGNAGHI, 1976; RAFFESTIN, 1993 [1980], 1987; DEMATTEIS, 1964, 1985, 1994, 1995, 1997, 1999, 2001; DUPUY, 1985; RULLANI, 1997). c) É *produzido* por meio das *territorialidades* num processo histórico centrado nas relações de poder, nas redes e nas identidades culturais (RAFFESTIN, 1977, 1993 [1980], 1986, 2003, 2005, 2009; CAMAGNI, 1990, 1993; CAMAGNI e SALONE, 1993; RACINE, 2002; DI MÉO, 1993; DEMATTEIS e GOVERNA, 2003; AUTOR, 2003 [2001], 2006a, 2006b, 2007, 2008, 2009, 2015 [2011], 2011, 2012, 2013b, 2016a, 2016b, 2017a).

O processo histórico também é geográfico (e vice-versa), num amplo movimento de desterritorialização e reterritorialização: na desterritorialização, há perda do território inicialmente apropriado e construído, *a supressão dos limites, das fronteiras*, como afirma Raffestin (1978, 1984) e, na reterritorialização, ocorre a reprodução dos elementos do território anterior, pelo menos, em algumas das suas características. Acontece outra (i)materialização, com rupturas e continuidades, muito bem expressa numa das afirmações de Deleuze e Guattari (1976 [1972]), quando afirma que o capitalismo reterritorializa constantemente o que desterritorializa.

Desse modo, a interpretação da apropriação e construção do território precisa ser pluridimensional (social-natural) e multiforme (redes, *nós* e malhas), considerando as

especificidades urbanas, as rurais, as relações urbano-rurais e a diversidade natural. Há complexidade e heterogeneidade nos/dos territórios, internamente e entre eles, substantivadas a partir das relações natureza-sociedade. O urbano só pode ser compreendido em suas relações com o rural, pois um está presente no outro, numa relação dialética complementar. As atuais relações de poder, no modo capitalista de produção, precisam ser apreendidas e reordenadas; as identidades e os patrimônios culturais, estudados, valorizados e preservados; as redes, precisam ser adequadas para facilitar a cooperação e a solidariedade entre os habitantes do campo e da cidade, e aí reside o principal conteúdo da interpretação que resumimos neste texto, tentando vincular explicitamente nossas pesquisas às necessidades, aos desejos e às aspirações do POVO e trabalhando COM ele, na pesquisa e na cooperação, desfrutando-se conhecimentos próprios, técnicas, saberes e atitudes solidárias e ecológicas.

Entendemos as ruralidades e as urbanidades vinculadas à noção de territorialidade, ou seja, são compostas por elementos e processos sociais e territoriais caracterizados geográfica e historicamente. Tanto a ruralidade como a urbanidade, portanto, têm um caráter social e espacial. A ruralidade é resultado das ações econômicas, políticas e culturais dos sujeitos de forma específica, distintas da vida urbana (MEDEIROS, 2011) e pode ser entendida como condição de vida sem desligamento do urbano. As urbanidades também são singulares, porém, relativas à vida urbana, sobretudo na cidade. As territorialidades, portanto, acontecem entre o campo e a cidade, entre o rural e o urbano (AUTOR, 2006a, 2006b, 2013a, 2013b, 2014a), contendo as ruralidades e as urbanidades.

A cidade e o campo são diferentes entre si e têm papéis díspares, porém, estão em *unicidade e complementaridade dialética* (SPOSITO, 2006): conforme esta mesma autora, há diferenciação social no campo e na cidade, descontinuidades e *unidade espacial* que contém o urbano e o rural *superpostos* e relacionados. A articulação entre o rural e o urbano ocorre por meio das relações e das redes de circulação e comunicação, como mediadoras de um amplo processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (*TDR*). No rural e no urbano, há distintas *formas e conteúdos* integrados, relacionados, complementando-se (LEFEBVRE, 1995 [1969], 1991 [1967]). Há diversidade, heterogeneidade e *unidade* entre os espaços rural e urbano que, em AUTOR (2006b), denominamos de *articulação territorial*, a partir das importantes contribuições de autores como Bagnasco (1977) e Dematteis (1990, 1995).

Isto significa, portanto, que o desenvolvimento precisa atender nossas necessidades *fisiológicas e antropológicas*, num *desenvolvimento de todos* (HINKELAMMERT e JIMÉNEZ, 2009), ou seja, nossas práticas cotidianas, no campo e na cidade, precisam ser orientadas e concretizadas para a reprodução da vida humana e não humana, por meio de uma *pluralidade de sujeitos emancipadores* (CORAGGIO, 2009), de todas as cores, religiões e etnias. Talvez este seja um dos nossos principais desafios no presente e no futuro, trabalhando *ancorados*

em cada local: aí o desenvolvimento contém uma *dupla alma*, de natureza dialética, contraditória e conflitual, uma *identidade própria*, a partir dos sujeitos capazes de agir com *comportamentos coletivos e autônomos*, constituindo *sistemas locais territoriais* ou *nós de redes locais e não locais*, com uma base territorial bem definida ou *multilocalizada* (DEMATTEIS, 1994).

Esta é a nossa opção, sempre fazendo um esforço para trabalhar, simultaneamente, no ensino, na pesquisa e na **cooperação** (no campo, na cidade e entre ambos). Esta última é entendida como um processo de construção dialógica de ideias, planejamentos, pesquisas e ações de desenvolvimento que visem a melhoria das condições de vida do POVO urbano e rural, a preservação da natureza, a recuperação dos ambientes degradados e poluídos, a valorização do saber-fazer, da participação popular, do debate, da autonomia decisória, das identidades e dos patrimônios sociais e naturais. A cooperação corresponde à ação voluntária por parte de uma coletividade (BIGNANTE, DANSERO e LODA, 2015).

Pensamento e ação precisam acontecer simultaneamente, num *movimento contínuo de busca de melhores condições de vida* por meio de formas cooperativas e solidárias (CORAGGIO, 2004 [2000]). Valores como a solidariedade, a cooperação comunitária e a preservação da natureza precisam, efetivamente, ser identificados, valorizados e recriados cotidianamente, parafraseando Kropotkin (1982 [1885]), com mais liberdade e independência para o desenvolvimento intelectual e cultural.

## **A descoberta do território e sua relação com o desenvolvimento**

Outrora já imaginamos, a partir do pequeno, porém, instigante texto de Santos (1994), que o entendimento do território é “[...] fundamental para afastar o risco da alienação, o risco da perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro” (p. 15), no entanto, não conseguíamos perceber mais claramente a amplitude da abordagem territorial, no ensino, na pesquisa e na extensão/cooperação, aspecto que acreditamos compreender melhor nesta oportunidade, tanto em razão das pesquisas teórico-metodológicas já realizadas, como em virtude das pesquisas empíricas e dos projetos de cooperação que já efetivamos. O próprio Milton Santos, no texto supracitado, alertara adequadamente que [o território] assumira o significado de *retorno do território*, formado de *lugares contíguos* e em rede, com uma dialética inerente ao *uso humano*, no qual as redes são comandadas pelo *mercado*. Ao mesmo tempo, a *sede da resistência social* está no lugar, fato que torna *indispensável* entender o território, pois este se *reafirma pelo lugar* por meio dos *novos nacionalismos e localismos* (SANTOS, 1994).

Lugar e território, portanto, estão ligados, embora sejam diferentes como conceitos e processos sociais e espaciais, consoante detalharemos mais adiante. Ocorre que, o

mencionado *retorno do território* acontece, ao nosso ver, a partir dos anos 1960-70, de acordo com as singularidades dos diferentes países, consoante já detalhamos em AUTOR (2007), influenciando diretamente sua inserção como tema, conceito e processo, em diferentes áreas do conhecimento. O território, porém, torna-se mais difuso a partir dos anos 1970-80, com a chamada *crise do fordismo e redescoberta* dos distritos industriais marshallianos, *anunciando o pós-fordismo*, por meio dos processos *localizados e contextualizados* territorialmente, caracterizando um movimento de *re-emergência do território* (RULLANI, 2003), também denominado, pelo mesmo economista, como *redescoberta do território* (RULLANI, 2003, 2005), de maneira similar como entendera Dematteis (1981 [1979]): *'descoberta' do território*. O território é *mediador* na transição *fordismo-pós-fordismo*, introduzindo valor e *vantagens competitivas* (RULLANI, 2003), tanto é que Storper (2003) chegou a afirmar que, no *nascimento do paradigma heterodoxo*, na década de 1970, interpretando-se a problemática do desenvolvimento, delineou-se uma *nova 'santa trindade'* da economia regional, com os elementos *tecnológicos, organizativos e territoriais*, internos e externos às fábricas, concentrados e dispersos, transcendendo a produção em contextos regionais e/ou transnacionais.

É importantíssimo notar, também, que Dematteis (1981 [1979]), identificara esse movimento já na década de 1970, registrando-o e analisando-o a partir da luta de classes que ocorrera na Itália, nos anos 1968-69, ou seja, de uma *práxis* conflitual dos operários. Estes últimos e alguns intelectuais e sindicalistas da época *descobrem* a importância da organização territorial, dentro e fora da fábrica, por meio das relações sociais estabelecidas histórica e geograficamente. “A contradição fundamental do modo de produção capitalista passa também pelo território: este resulta central no jogo *estratégico* do conflito entre classes sociais” (DEMATTEIS, 1981 [1979], p. 137; grifo do original).

A greve foi transformada, desse modo, numa *luta pelo território* a partir do seu conhecimento, transpassando a fábrica, ampliando-se para o entendimento, por exemplo, dos *conselhos de zona*, atuando articulados territorialmente e servindo de base para a luta, a partir da proximidade espacial entre os sujeitos e da sua concomitante organização no nível nacional. O território significou e significa, portanto, em distintas situações espaciais e temporais, uma condição local da luta de classes, aspecto por nós evidenciado em AUTOR (2007), quando revelamos o movimento de expansão do debate territorial no Brasil e em outros países da Europa, tanto no nível acadêmico e científico como em relação à definição de algumas políticas públicas e no debate e interpretação dos produtos de identidade territorial.

Sucintamente, são a problemática do desenvolvimento e a diferenciação espacial que estão na base da emergência da análise territorial (BAGNASCO, 1978; AUTOR, 2007). A partir do final dos anos 1970, altera-se o modo de ver, compreender e atuar no território, evidenciando-se as singularidades, as diferenças entre os territórios e a participação popular.

Na relação identidade-território, que passa pela discussão do patrimônio dos lugares, há centralidade para *formas antigas e atuais*, iminentes à construção histórica de cada território, no campo e na cidade, constituindo *objetivações* que podem e precisam ser estudadas e *revitalizadas* para o *desenvolvimento local* (DI MÉO, 1993). Para conhecer as singularidades territoriais e para valorizá-las como lugar de vida com identidade própria, é preciso investir no âmbito do debate, da participação e do *planejamento local* (QUAINI, 2004), compreendendo os lugares para *inventar* o futuro (MAGNAGHI, 2000) com o significado concreto do *retorno ao território* (BECATTINI, 2009; MAGNAGHI, 2015), conforme detalharemos na sequência.

A descoberta do território ocorre justamente quando se coloca em cena *a identidade distintiva* do território, que o distingue dos demais, induzindo-se sentimentos de pertencimento e partilha, juntamente com a própria *gestão dos conflitos* a partir da definição de interesses e objetivos comuns: deste modo, o *desenvolvimento é localizado*, com características específicas, como argumenta Rullani (2003, 2005). “O desenvolvimento é um processo dinâmico que se entrelaça ao fazer-se e desfazer-se do território (RULLANI, 2005, p. 116). Este movimento acontece na mente das pessoas, nas suas representações, mediações, apropriações, *ancoragens*, resistências, lutas etc., participando, debatendo, mobilizando-se, sobretudo no nível local.

### **As premissas do desenvolvimento territorial de base local, ecológica e cultural**

A partir do que expusemos anteriormente, acreditamos que seja possível identificar e socializar algumas premissas que nos parecem fundamentais para qualificar os processos de desenvolvimento com base na participação popular, no debate, na conservação da natureza e da cultura, nas relações de proximidade (principalmente na reciprocidade), na agroecologia, na artesanidade etc.

A premissa inicial é a construção de um *paradigma de análise territorial* para interpretar as *variedades de situações concretas* que substantivam certa *formação territorial* e os processos de desenvolvimento (BAGNASCO, 1978), identificando limites, avanços, contradições, desigualdades, diferenças, cooperações, degradações, preservações, identidades etc., para subsidiar diretamente nossa participação em tais processos dialógicos, participativos, ecológicos e culturais. A análise territorial, centrada no conceito de território com os significados que descrevemos resumidamente na Introdução deste texto, precisa envolver o *paradigma reticular* (CAMAGNI, 1993; CAMAGNI e SALONE, 1993), identificando-se, compreendendo-se e interpretando-se os diferentes tipos de redes (curtas, intermediárias e longas, concretas e virtuais, efêmeras e duradouras), tentando caracterizar as *territorializações heterocentradas e autocentradas* (TURCO, 1988, 2010) e potencializando as redes de cooperação e solidariedade *ancoradas* localmente e em processos ecológicos e culturais.

No território e nas redes, as territorialidades estão sempre presentes e significam conflitos, contradições, luta de classes (relações de poder: *alteridade* e *exterioridade*), disputas territoriais (RAFFESTIN, 1977, 1993 [1980]; DEMATTEIS, 2001; DEMATTEIS e GOVERNA, 2005; AUTOR, 2007, 2015 [2011]) e, considerando o conteúdo político da concepção ora argumentada, há necessidade de ampliação e qualificação da **territorialidade ativa** (DEMATTEIS, 2001, 2008; GOVERNA, 2001; AUTOR, 2007, 2015 [2011]; AUTOR e SPOSITO, 2008; EDUARDO, 2014; PUTTILLI, 2014) como cooperação voltada para o desenvolvimento por meio de uma **práxis** transformadora (dialógica, crítica e reflexiva) para satisfazer as necessidades das pessoas e conquistar o máximo possível de autonomia decisória (MARX, 1991; FREIRE, 2011 [1974], 2011 [1996]; VAZQUEZ, 1990 [1977]; BORDA, 2008 [1999]; DEMATTEIS, 1985, 1994, 1995, 1999, 2001; MAGNAGHI, 2000, 2009; DEMATTEIS e GOVERNA, 2003, 2005; GOVERNA, 2001; AUTOR e SPOSITO, 2008; RAFFESTIN, 1993 [1980]).

A **Ancrage** (*ancoragem*) territorial (PECQUEUR e ZIMMERMANN, 2002, 2005; HAKMI e ZAOUAL, 2008; RICHEZ-BATTESTI, 2008; PIRES, FUINI, MANCINI e PICCOLI NETO, 2011; MAGNAGHI, 2015) ou *rooted in place and context* (SCOONES, 2009) ou *arraigo* (CHÁVEZ e SALCIDO, 2014; MARTINEZ e RIVERA, 2014; SALCIDO et al 2014; SANZ, 2014; HARGUINDEGUY, 2014; BARTRA, 2014a, 2014b; GIRARD, 2015), também tem centralidade nos vínculos locais e nas redes curtas. No nosso entendimento, estas últimas são as mais adequadas para o desenvolvimento territorial, ecológico e cultural, porque possibilitam as relações *face-to-face*, a diminuição dos custos dos transportes, a conquista da autonomia decisória, a venda dos produtos agroecológicos, a valorização dos saberes locais e das relações de confiança, consoante verificamos no *Projeto Vida na Roça* (PVR) e no *Projeto Vida no Bairro* (PVB), bem como demonstramos empiricamente em AUTOR (2017b).

A importância da *ancoragem* fora revelada anteriormente por Becattini (2000 [1989]), pois: a) envolve uma *comunidade* de pessoas e um conjunto de empresas que se influenciam; b) requer empresas fornecedoras e consumidoras, numa *rede local de transações especializadas em certos produtos* também vinculados às *redes mundiais*; c) existe um processo de potencialização das características locais específicas e da *comunidade local* (famílias, mercado, empresas, escolas, igrejas, prefeituras e partidos políticos) que está diretamente relacionada com a valorização dos *vínculos* locais.

Estes aspectos também foram identificados e explicados por Bagnasco (1977, 1988), embora por meio de outra concepção e abordagem: no desenvolvimento territorial há *conexões produtivas no território*, vínculos, tradições, relações de *confiança*, reconhecimento e identidade entre empresas dependentes entre si; sistemas dispersos e articulados; especialização produtiva e *agregação territorial* (*integração* entre empresas); formas *sociais* e *culturais* específicas de produzir, continuadas incorporando inovações técnicas e tecnológicas.

Desse modo, juntamente com a *ancoragem*, há de se destacar a importância dos *circuits courts*, entendidos como **proximidade** geográfica e institucional (CHAFFOTTE e CHIFFOLEAU, 2007; AUBRY e CHIFFOLEAU, 2009; DELHOMMEAU, 2009; DAROLT, 2013; CHÁVEZ e SALCIDO, 2014; SALCIDO et al 2014; SANZ, 2014) ou *filiière local* (SANZ, 2014) ou *filiière corte* (BELLIGGIANO e DE RUBERTIS, 2012; DANSERO e PUTTILLI, 2013; FORNO e MAURANO, 2016) ou ainda como *short-circuiting* (RENTING, MARSDEN e BANKS, 2003), justamente como uma das principais formas para valorizar as pessoas, os produtos, as identidades culturais e as informações de cada lugar e território, por meio de um constante processo de (in)formação, mobilização, luta e resistência aos agentes hegemônicos política e culturalmente. A *proximidade* pode gerar *eixos de ação* úteis para os camponeses, por exemplo, favorecendo *lógicas endógenas* de desenvolvimento, bem como a *recuperação* ou *reativação* das práticas de cooperação e solidariedade (GODOY, 2016).

Ter **consciência do inacabamento** e humildade (FREIRE, 2011 [1996]) também é fundamental para nossa qualificação, mobilização, luta e resistência política, ecológica e cultural. Somos seres em constante transformação; não há técnica nem conhecimento pronto, definitivo, nem uma verdade, uma teoria, uma concepção, um único modo de pesquisar, ensinar e atuar no desenvolvimento. Quando temos *consciência do inacabamento*, podemos aprofundar os debates, as pesquisas, as aulas, renovar técnicas e concepções, ir além do que fizemos aproveitando e valorizando o que já fora realizado por outros, num *movimento contínuo de superação* a partir dos *saltos quantitativos e qualitativos* (LEFEBVRE, 1995 [1969]), identificando, compreendendo, valorizando e potencializando a **auto-organização** e a **autogestão** (DEMATTEIS, 1985, 1994, 1995, 2001; MAGNAGHI, 2000, 2009, 2011). Movimento concretizado sem abrir mão de um Estado atuando intensamente em suas atribuições sociais e, ao mesmo tempo, contribuindo direta, consistente e permanentemente para a formação e/ou qualificação da *consciência de classe e de lugar*, como premissa e processo impulsionador da participação popular, da *territorialidade ativa*, da autonomia decisória, da auto-organização e da autogestão do desenvolvimento territorial de base local, ecológica e cultural.

### **A consciência de classe e de lugar no desenvolvimento territorial**

Acreditamos que esses *paradigmas* da análise territorial, histórica e reticular, da *proximidade* e da *ancoragem*, bem como da *práxis* de transformação social e territorial centrada na auto-organização e na autogestão, sem desconsiderar o Estado, podem ser operacionalizados no ensino, na pesquisa e na cooperação voltada para o desenvolvimento com justiça social e preservação da natureza em cada relação espaço-tempo e território-lugar. São relações ontológicas e epistemológicas, portanto, que estão intimamente relacionadas com

a ativação das territorialidades cotidianas, do saber-fazer, da artesanidade, da criatividade, das práticas agrícolas ecológicas, da organização, luta e resistência política e cultural diante das forças do capital e do Estado burguês.

Desse modo, o **território-lugar** (SALVATORI, 2003; AUTOR, 2007, 2015 [2011], 2014a, 2017b) também assume centralidade, entendido como espaço-tempo onde o POVO vive, sente, percebe, respira, aspira, sofre, interage (social e social-naturalmente), reconhece, luta, resiste, degrada, preserva; onde é extorquido, explorado, subordinado e pode reordenar as relações de poder para viver de maneira mais simétrica (RAFFESTIN, 1977, 1993 [1980], 2003, 2005, 2009; MAGNAGHI, 1976, 1990, 2000, 2003, 2009, 2011, 2015; DEMATTEIS, 1985, 1994, 1995, 1999, 2001; SANTOS, 1996; CARLOS, 1996; GOVERNA, 2001; TURRI, 2002; LEVY, 2003; CAMAGNI, 1993, 1997; QUAINI, 2004, 2006, 2010; RULLANI, 1997, 2009; RULLANI, MICELLI e DI MARIA, 2000; SPOSITO, 2004; GIORDA, 2011).

O território, como o lugar, contém relações sociais e relações sociedade-natureza, conexões e redes, relações e significados plurais, além da produção econômica, natureza, apropriação, identidade e do *patrimônio* cultural (DEMATTEIS e GOVERNA, 2005; AUTOR, 2007), porém, não são conceitos sinônimos. Ao mesmo tempo, os lugares têm *qualidades territoriais* (TURCO, 2010). A territorialização e as territorialidades geram os lugares como uma das suas *configurações* históricas que precisam ser compreendidas, representadas e explicadas juntamente com o território. Como afirma o economista italiano Enzo Rullani, a dinâmica econômica, universalizando-se, ocupa-se de culturas nacionais, das especificidades territoriais e das *variantes* locais ligas à vida cotidiana. Há um processo de valorização das experiências de vida e das culturas singulares que se objetivam nos lugares.

O território reúne, no lugar, *comunidade*, instituições, *economia* e natureza, num *tecido* de *interações pessoais* e *sociais*, com inteligência e enraizamento (RULLANI, 2003); corresponde à terra e, sobretudo, à história dos homens que habitam os lugares, à *prática social* e ao *conhecimento acumulado* (RULLANI, 2005). Cada lugar precisa, assim, ser pensado como específico numa rede de lugares conexos territorialmente (RULLANI, 1997), sendo diferenciado, epistemológica e ontologicamente, do território (AUTOR, 2005, 2009, 2013b, 2015 [2011], 2017a).

O território [...] *se faz e se desfaz*, cada dia, por meio do agir dos homens e da força da evolução natural e social. [...] Cruzamento de muitas histórias e de muitos projetos que interagem entre si no lugar e no momento da partilha (RULLANI, 2005, p. 111; grifo do original).

O território, simultaneamente, contém a *natureza da pluralidade dos lugares*, (BECATTINI, 2009 [2002]). E esta compreensão do território-lugar é imprescindível para o entendimento da **consciência de classe e de lugar**, sem a costumeira separação entre sociedade e natureza, tempo e espaço, território e lugar, influenciando a *práxis* de

transformação social e territorial em favor do POVO, das suas necessidades, aspirações e dos seus desejos. O processo de (in)formação da *consciência de classe e de lugar* influencia a compreensão do território-lugar, do seu reordenamento com justiça social e, ao mesmo tempo, a relação território-lugar possibilita uma ampla e complexa compreensão dos processos de qualificação da *consciência de classe e de lugar* no constante movimento de construção popular do desenvolvimento de base local, ecológica, cultural, dialógica e reflexiva, bem como orienta nosso trabalho na cooperação voltada para o desenvolvimento territorial. Há uma unidade dialética entre consciência e prática, ideia e matéria, sociedade e natureza, mobilização e luta, auto-organização e resistência, que sintetizamos por meio da *práxis*.

A *práxis*, já mencionada, precisa considerar o sentido de *pertencimento* a uma *classe social e a um lugar* (HARVEY, 1982; BECATTINI, 2000 [1989], 2000, 2009, 2015; MAGNAGHI, 2000, 2006, 2009, 2011, 2013, 2015; LUSSAULT, 2009; QUAINI, 2010; DEMATTEIS e GIORDA, 2013; BECATTINI e MAGNAGHI, 2015; AUTOR, 2015 [2011], 2013b, 2014a, 2014b, 2014c, 2014d, 2016a, 2016b, 2017a, 2017b) num movimento contrário à reprodução ampliada do capital, à degradação ambiental etc. A formação e/ou qualificação da consciência nas dimensões de classe e de lugar ocorre, por exemplo, quando um operário têxtil se sente e vive como operário italiano e sobretudo como italiano; podemos pensar no professor universitário de Francisco Beltrão (Paraná, Brasil)-professor de Francisco Beltrão-beltronense ou, ainda, no camponês ecológico ou convencional de Ampére(PR)-camponês de Ampére-amperense. É preciso se sentir membro de um grupo e de uma classe social e, ao mesmo tempo, de um lugar, participando ativamente dos espaços de debate, reflexão, organização, mobilização, luta e resistência política, cooperando na resolução dos problemas (econômicos, políticos, culturais e ambientais) de cada lugar e território, como fizemos no PVB e no PVR.

A *consciência de lugar* é vital para a identificação e participação social, para a reprodução do lugar como espaço de convivência com relações comunitárias, podendo significar um *possível antídoto* à globalização econômica (BECATTINI e MAGNAGHI, 2015). Ao que parece, Lênin (1988 [1905]) já tivera, a partir da teoria do valor de Marx, noção da importância da *consciência de lugar*, intimamente vinculada à *consciência de classe*, ao proclamar a necessidade de *união/associação* entre os operários, da cidade, e os camponeses pobres, do campo. Esta *união* é entendida como uma condição fundamental da luta contra a miséria, contra o *poder do dinheiro* (grifos do original) e dos latifundiários: consciência da classe pobre e trabalhadora, do campo e da cidade, unida, informada, mobilizada e lutando. E é nas cidades, notadamente nos bairros pobres, que têm surgido levantes populares que desafiam o *sistema dominante* (ZIBECHI, 2015), muitas vezes, imbuídos de significados também rurais e camponeses.

A *consciência de classe* tem um conteúdo diretamente vinculado às condições materiais, às ações políticas e aos conflitos entre classes (MARX e ENGELS, 1991). Desse

modo, as ações políticas precisam ser, necessariamente, *revolucionárias* e contra a burguesia; é necessário formar uma *consciência de classe* e dos antagonismos, dos sujeitos e projetos, na luta como movimento contra a ordem vigente, subordinadora, acumuladora e excludente (MARX e ENGELS, 1998).

Há, obviamente, tendências globais homogeneizantes, com severos impactos ambientais e sociais que podem ser subvertidas por meio dos esforços locais, no ensino, na pesquisa e na ação/extensão/cooperação, inspirados e concretizados em valores efetivamente mais humanos e ecológicos, contribuindo para construir um *ethos emancipatório* (BORDA, 2008 [1999]).

Estamos acreditando, portanto, que a formação e/ou qualificação da *consciência de classe e de lugar* é, ao mesmo tempo, fundamental para a construção de um **paradigma contra-hegemônico**, de pesquisa, ensino e cooperação, com o significado trabalhado por Sánchez (2014), Harguindeguy (2014), Hidalgo e Fernandez (2012), Quijano (2000), Bartra (2014a, 2014b), Teubal (2008, 2011), Borda e Mora-Osejo (2004), Reyes (2009) e Lizárraga e Vacaflores (2014), para tentar romper com as *castrações intelectuais* e com o *colonialismo* perpetuado por *paradigmas* dominantes e *eurocêntricos* (QUIJANO, 2000; BORDA e MORA-OSEJO, 2004; TEUBAL, 2011), contribuindo para superar o *ethos explorador e opressivo que saturou o mundo* (BORDA, 2008 [1999]).

A construção do *paradigma contra-hegemônico* precisa ser, necessariamente, participativa e dialógica, reflexiva, envolvendo e valorizando as diferenças, as desigualdades e as identidades de cada lugar e território, sem se desligar do mundo, porém, destacando-se as relações próximas, a solidariedade, a cultura popular, a *ancoragem*, a artesanidade, as práticas agroecológicas, as condições edafoclimáticas específicas de cada ecossistema etc.

[...] As gentes comuns merecem conhecer mais sobre suas próprias condições vitais para defender seus interesses [...] (BORDA, 2008 [1999], p. 4).

Temos que potencializar tal interação com o conhecimento da nossa história, nossas realidades geográficas, dos nossos recursos de tal modo que resultem valores compartilhados, geradores de solidariedade e fortalecedores da nossa identidade cultural. (BORDA e MORA-OSEJO, 2004, p. 5).

Tratando-se, fundamentalmente, de reconstruir consciência de lugar, coesão social e solidariedade entre os homens, desintegrados há décadas pelo mercado selvagem, nós vemos uma possível solução de retorno à responsabilidade dos habitantes dos lugares, fazendo prevalecer o princípio territorial sobre o funcional, por meio do retorno ao território. (BECATTINI e MAGNAGHI, 2015, p. 221).

Este movimento pode ser entendido como **retorno ao território**, com o significado propugnado por Becattini (2009), Magnaghi (2015) e Becattini e Magnaghi (2015), ou como

*elogio dos lugares*, por Quaini (2004), na perspectiva da identificação, compreensão, representação, interpretação, valorização e potencialização das singularidades (sociais e naturais) de cada lugar-território. “O desenvolvimento das redes criou as condições favoráveis para a redescoberta do valor crítico do território, que adensa muitas redes num único lugar, coligando os seus significados à unidade da sua história, das suas ideias, dos seus habitantes” (RULLANI, 2009, p. 148).

A *reemergência da dimensão territorial e das suas variantes locais*, consoante já mencionamos, juntamente com os distintos *significados enraizados no mundo da vida*, estão diretamente vinculados à revalorização do enraizamento local, facilitando-se o acesso às *forças* específicas e às *variedades* culturais de cada lugar, fazendo-se parte dele e dos seus significados territorialmente definidos (RULLANI, 1997). “A dimensão *local* contém os processos de aprendizagem e sedimentação de um lugar, quando o conhecimento produzido permanece *embedded* no contexto e é reusado no tempo [...]” (RULLANI, 1997, p. 89; grifos do original).

Este processo de *retorno ao território* requer a identificação, explicação e valorização da *ancoragem*, da proximidade (redes curtas de reciprocidade), dos vínculos, do pertencimento, do reconhecimento, da autogestão e, ao mesmo tempo, a centralidade da *consciência de classe e de lugar* como mediação fundamental na luta cotidiana e na construção do desenvolvimento territorial (Figuras 1 e 2). A *consciência de classe e de lugar* condiciona o *retorno ao território* e, este último, influencia a qualificação da *consciência de classe e de lugar*. São processos que estão em íntima unidade com a concretização da *partilha territorial*, por meio do *governo da complexidade* (RULLANI, MICELLI e DI MARIA, 2000; MAGNAGHI, 2000). As redes de partilha e cooperação podem significar *sinergias de desenvolvimento* (RULLANI, MICELLI e DI MARIA, 2000), gerando cada vez mais energia a partir das contradições sociais (MAGNAGHI, 1995, 2000, 2003), nos espaços urbanos e rurais.

Enraizamento é um conceito denso e complexo no qual identifico três dimensões temporais complementares: passado, presente e futuro. Profundidade histórica, densidade organizativa e capacidade de organização do projeto são fatores que se combinam no enraizamento; o recurso mais poderoso dos movimentos territoriais. [...] Sem raízes, organização e esperança, quer dizer, sem enraizamento, não tem muito o que fazer. (BARTRA, 2014a, p. 39).

Isso também requer uma concepção (de pesquisa e cooperação) que reconheça efetivamente as relações sociedade-natureza e território-lugar, efetivadas com a **nossa** participação direta e sistemática em processos de desenvolvimento no sentido que descrevemos sucintamente neste texto e detalhamos em outras obras (AUTOR, 2015 [2011], 2011, 2013a, 2014a, 2014b, 2017a; AUTOR, CANDIOTTO e DANSERO, 2012; AUTOR e ALVES, 2014, 2015).

[...] *Paradigma territorial* ⇔ *territorialidade ativa* ⇔ *práxis* ⇔ *consciência do inacabamento* ⇔ *território-lugar* ⇔ *auto-organização e autogoverno* ⇔ *ancoragem e proximidade (redes)* ⇔ *vínculos locais* ⇔ *consciência de classe e de lugar* ⇔ *contra-hegemonia* [...]

**Figura 1 – Síntese da relação existente entre os paradigmas destacados, consciência de classe e de lugar e desenvolvimento territorial.** Elaboração de AUTOR, 2017.

Isto pode parecer utópico ou simplesmente uma propaganda de uma abordagem e concepção que está sendo construída ao longo dos anos por meio das nossas atividades de ensino, pesquisa e cooperação, porém, muito mais do que isto, é resultado da nossa prática cotidiana, reconhecendo, evidentemente, os limites e as dificuldades que temos todos os dias ao trabalhar contra a classe hegemônica, contra os grupos dominantes, dentro e fora da Universidade.

Assim como Freire (2011 [1996]), somos a favor da ética que condena o cinismo e a exploração das pessoas, o golpe contra os fracos soterrando as utopias e a criatividade. Não basta dominar determinadas técnicas de pesquisa, procedimentos didáticos e certos conteúdos repassados ano após ano como se fossem modelos absolutos. Isso requer conhecimento dos conteúdos, dos métodos e das técnicas de pesquisa e cooperação, das práticas pedagógicas, e, ao mesmo tempo, de uma *práxis* ética e profissional, respeitosa e dialógica.

Cooperação ⇔ *reciprocidade* ⇔ *solidariedade* ⇔ *confiança* ⇔ *identidade (política e/ou econômica e/ou cultural e/ou ambiental)*



*Territorialidade ativa* ⇔ *auto-organização* ⇔ *práxis* ⇔ *luta* ⇔ *resistência* ⇔ desenvolvimento territorial *autocentrado* e ecológico, com autonomia decisória, participação popular, partilha, sinergia, artesanidade, práticas agroecológicas [...]

**Figura 2 – Síntese da relação existente entre reciprocidade, identidade, auto-organização, práxis, luta e resistência no desenvolvimento territorial.** Elaboração de AUTOR, 2017.

Aprender significa conhecer, experimentar, criar, comparar, analisar, mapear, refletir, construir, mudar etc., porém, nosso papel social não é somente aprender e produzir conhecimento: significa ensinar criativa, dialógica e participativamente, lutar e atuar diretamente em projetos de desenvolvimento voltados para melhorar a qualidade de vida do POVO, tentando construir uma sociedade mais justa. Não podemos ter medo de nos encontrar e dialogar com o POVO, fato que ocorre com muitos intelectuais burgueses que se escondem por trás de discursos e textos empolgantes.

E uma das maneiras para superar o nível utópico, é reconhecer, valorizar e potencializar justamente as relações de reciprocidade, a *ancoragem*, as redes curtas, a

*consciência de classe e de lugar* no âmbito escalar e de vida das *comunidades*, como alertara coerentemente Funes (1981), passando da utopia para o nível da *utopia concreta* e realizável pelos sujeitos de cada território e lugar, como fizemos ao longo do tempo trabalhando COM camponeses e cidadãos simples e humildes do Paraná.

Esta síntese pode ser utilizada em estudos urbanos e rurais (Quadro 1), para orientação tanto da pesquisa científica como da realização de projetos de cooperação e desenvolvimento territorial de base local, ecológica e cultural. Para tal, inspiramo-nos em Marx (1984, 1985, 1991, 2005), Marx e Engels (1991), Quaini (2010, 2011), Dematteis (1964, 1985, 1995, 2001), Raffestin (1977, 1993 [1980], 1984, 2003, 2005, 2009), Santos (1996), Magnaghi (1976, 2000, 2006, 2009, 2015), Indovina e Calabi (1974), Deleuze e Guattari (1976 [1972]), Bagnasco (1977, 1978), Turco (1988, 2010), Thompson (1998 [1991]), Rullani, Micelli e Di Maria (2000), Pecqueur e Zimmermann (2002), Hakmi e Zaoual (2008), Richez-Battesti (2008), Scoones (2009), Camagni (1990, 1993, 1997), AUTOR e Sposito (2008), AUTOR (2003 [2001], 2005, 2007, 2008, 2009, 2011, 2015 [2011], 2013a, 2013b, 2014b, 2014c, 2016a, 2016b, 2017a), AUTOR e Duarte (1996), AUTOR e Flávio (2015) e AUTOR e Alves (2015).

	<b>TERRITORIALIZAÇÃO</b>	<b>DESTERRITORIALIZAÇÃO</b>	<b>RETERRITORIALIZAÇÃO</b>
	PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS E LIMITES	PRINCIPAIS FATORES E IMPACTOS GERADOS	PRINCIPAIS POSSIBILIDADES E RETORNO AO TERRITÓRIO
<b>Natureza inorgânica</b>	- Águas, solos, coberturas vegetais, geomorfologias, climas.	- Transformações concentradoras, degradantes e poluidoras. - Áreas preservadas etc.	- Precisam ser identificadas, debatidas e definidas em cada território ou rede de territórios, a partir das suas singularidades para os cultivos, criações e transformações artesanais e industriais, considerando os princípios da sustentabilidade ambiental.
<b>Sujeitos, relações e classes</b>	- Classes e grupos sociais, objetivos, metas, ritmos e necessidades. - Comandos locais e regionais, disputas e conflitos. - Relações de confiança e reciprocidade. - Organizações e mobilizações. - Iniciativas econômicas. - Costumes e identidades. - Saber-fazer e artesanidade. - Produtores ecológicos de alimentos. - Outras iniciativas ecológicas como na geração de energia.	- Edificações (sobretudo com significado patrimonial), acordos, pactos, coligações, associações políticas, recreativas e culturais. - Cultivos agroquímicos. - Inovações tecnológicas utilizadas, financiamentos, subordinações etc. - Distintas inserções no mercado. - Ritmos acelerados de vida e grandes investimentos urbanos e rurais, comerciais, industriais e financeiros.	- Precisam ser identificadas, debatidas e definidas em cada território ou rede de territórios: econômicas, políticas, culturais e ambientais, de acordo com as especificidades das famílias, dos grupos e das classes, valorizando-se os ritmos lentos e solidários, os saberes populares, as identidades, as proximidades, as redes curtas e as <i>ancoragens</i> .  - Criação e/ou qualificação da <i>consciência de classe e de lugar</i> .
	- Estado: federal,	- Edificações, projetos em	- Precisam ser identificadas,

<b>Mediadores (i)materiais</b>	estadual e municipal. - Empresas privadas e públicas. - Técnicas e tecnologias. - Conhecimento, saber popular e ciência. - Assistência técnica. - Associações. - ONGs. - Sindicatos. - Força de trabalho. - Movimentos sociais.	vigor e previstos, níveis de contaminação da água, do solo e do subsolo (quando for o caso), formas de deposição dos desejos líquidos e sólidos, distribuição das terras e outros bens comuns, espaços públicos, qualidade da atuação e conquistas já conseguidas. - Grandes empresas privadas e públicas. - Mecanismos de gestão e políticas públicas etc.	debatidas e definidas em cada território ou rede de territórios: econômicas, políticas, culturais e ambientais, valorizando-se a democracia, a participação social, a autonomia decisória, a reciprocidade, a autogestão, e a auto-organização. - O Estado precisa cumprir seus papéis constitucionais e sociais.
<b>Práticas espaciais e temporais (i)materiais</b>	- Distintas apropriações temporárias e mais efetivas - Propriedades, domínios, parcelamentos, delimitações, demarcações e especulações imobiliárias. - Diferentes ritmos de vida etc. - Organizações populares, associativas, cooperativas e solidárias de luta e resistência ao capital e ao Estado burguês.	- Concentração da terra e demais meios de produção. - Transformações concentradoras, degradantes e poluidoras. - Expropriação dos trabalhadores e proprietários. - Ritmos acelerados de produção e vida. - Especulação imobiliária e financeira.	- Precisam ser identificadas, debatidas e definidas em cada território ou rede de territórios: econômicas, políticas, culturais e ambientais, tendo em vista o desenvolvimento desejado valorizando-se os ritmos lentos e solidários juntamente com a preservação e conservação da natureza (humana e não humana). - <i>Práxis</i> de transformação e justiça social.
<b>Identidades culturais</b>	- Frágeis e fortes vínculos com o lugar e com o território: <i>ancoragem</i> . - Pertencimento, afetividade e reconhecimento. - Mobilização, resistência e luta política. - Patrimônio histórico (edificações, saber-fazer, identidades, línguas, ritos, costumes etc.). - <i>Cultura camponesa</i> com incorporação mudanças: coexistência de cooperação, solidariedade e mercado, no campo e na cidade.	- Mudanças/rupturas e dissoluções. - Vínculos frágeis com o lugar de produção e vida cotidiana. - Avanços do consumo padronizado. - Avanços já conseguidos política e culturalmente, por exemplo, com produtos típicos, educação ambiental, bairros sustentáveis etc.	- Resistência e luta. - Fortes vínculos territoriais <i>ancoragem</i> . - Reprodução da <i>cultura camponesa</i> com incorporação de outros comportamentos e valores: coexistência de cooperação, solidariedade e mercado em redes curtas. - <i>Renovação da identidade</i> vinculada à <i>consciência de classe e de lugar</i> .
<b>Redes locais, não locais e nós (em distintas escalas)</b>	- Continuidades espaciais (rurais-rurais; urbano-rurais; urbanas-urbanas). - Redes heterocentradas nacionais e internacionais. - Redes autocentradas tendencialmente locais e/ou regionais. - Comercialização solidária: mercado local e/ou	- Transposição de limites com descontinuidades/rupturas. - Difusão e fluidez em longas e padronizadas redes de comercialização. - Redes heterocentradas tendencialmente nacionais e internacionais. - Iniciativas locais e/ou regionais na articulação	- Novas continuidades espaciais a partir das diferenças e identidades. - Redes autocentradas tendencialmente locais e/ou regionais. - Sinergias, <i>ancoragem</i> territorial e reciprocidade:

	regional. - Sinergias e reciprocidade: cooperação, solidariedade associações para produzir comercializar, festejar, enfim, para viver etc.	público-privada etc. - Redes especulativas mercantis, imobiliárias industriais e financeiras.	cooperação, solidariedade associações e sindicatos com identidades políticas e/ou econômicas e/ou culturais e/ou ambientais etc.
--	---	--	--

**Quadro n. 1 - Uma síntese para compreender o processo TDR numa concepção voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial.** Produção de AUTOR, 2015-2017.

O processo de TDR pode ocorrer no mesmo lugar e/ou entre distintos lugares, no mesmo período de tempo e/ou entre diferentes períodos, sempre substantivado pelos sujeitos em relação entre si (indivíduos, famílias, grupos e classes) e com sua *natureza exterior*, utilizando-se de mediadores (i)materiais, identidades, poderes, diferenças, trabalhos e redes. A efetivação do processo TDR depende dos fatores sociais (econômicos, políticos e culturais) e naturais (ambientais), históricos e geográficos, urbanos e rurais, portanto, multiformes, *pluridimensionais*, reticulares, transterritoriais e transtemporais que precisam ser reconhecidos e estudados em cada projeto de pesquisa e cooperação.

Desse modo, a pesquisa deve ter um conteúdo político muito bem definido, com um caráter *operativo* (DEMATTEIS, 1994, 2001; BOZZANO, 2000; AUTOR, 2007; BIGNANTE, DANSERO e LODA, 2015), subsidiando direta e sistematicamente o planejamento, o debate, as ações, o acompanhamento, a avaliação e a ressignificação, sempre que necessária, dos processos de desenvolvimento territorial. Mais do que subsidiar, a pesquisa precisa ser participativa, pois a ciência é construída socialmente e, portanto, é necessário levar em consideração a construção de *conhecimentos úteis para causas justas*, descobrindo *outros tipos de conhecimentos*, como os dos indígenas e das outras *gentes*, interagindo e gerando *conhecimento mais completo e aplicável à realidade* (BORDA, 2008 [1999]).

A dimensão política precisa estar sempre clara e ser construída popularmente, centrada na identificação, valorização e potencialização das singularidades de cada território-lugar, nos sujeitos (pobres e humildes), nas suas necessidades, aspirações, vontades, proximidades, *ancoragens*, auto-organizações, lutas, reciprocidades (cooperação, solidariedade e confiança), sinergias e nos seus desejos e saberes cotidianos.

### **Considerações finais**

Neste movimento permanente, acreditamos que a formação e/ou qualificação da *consciência de classe e de lugar* é central, servindo de base para a ativação das territorialidades, da participação popular, da mobilização, da luta, da autogestão, do diálogo, do *retorno ao território* e da contra-hegemonia, construída pelos habitantes do campo e da cidade, intelectuais, operários e camponeses, sindicalistas e governantes, brancos, mestiços, afrodescendentes e indígenas, de todas as cores, raças e religiões.

Uma possibilidade concreta da *práxis* de transformação territorial com base na *consciência de classe e de lugar* está na *temporalidade mais lenta*, pois pode indicar uma alternativa de desenvolvimento, sem a racionalidade das grandes iniciativas produtivas, preservando a cultura e a natureza (MARQUES, 2004; AUTOR, 2003 [2001]; MARTINS, 2008), num mundo mais justo (SANTOS, 1996; FERNANDES, 2004), juntamente com as redes curtas, práticas agroecológicas, produção artesanal (comidas e objetos em geral), turismo enogastronômico, pequeno comércio, educação ambiental, valorização da criatividade, da solidariedade, da simplicidade, da humildade etc. Que tal planejarmos e construirmos condomínios móveis onde as casas possam ser deslocadas sobre trilhos, com motores elétricos, para mudar a localização conforme as estações do ano? Que tal debatermos e construirmos cidades sem as demarcações e apropriações privadas dos bairros e terrenos?

Outra possibilidade de *práxis* nos termos que destacamos neste texto, pode acontecer a partir do *encontro de saberes* técnicos com as *gentes* (CORAGGIO, 2004 [2000]), num processo que podemos denominar de produção de *inteligência territorial* (TURCO, 1988; FOURNY, 2004; BOZZANO, 2012a, 2012b; GIRARDOT, 2004, 2012; SANZ, 2014), na qual se mobilizam as capacidades dos homens para *dividir* objetivos, riscos e conhecimentos (RULLANI, MICELLI e DI MARIA, 2000). O fato é que o conhecimento precisa ser construído na *práxis*, para melhorar nossa própria prática e a pesquisa, assim como a cooperação/extensão, precisa envolver a sistemática e respeitosa participação popular, como tentamos fazer no *Projeto Vida na Roça* (PVR) e no *Projeto Vida no Bairro* (PVB). A pesquisa e a ação participativas necessitam ser encaradas como uma *filosofia de vida*, como muito bem afirmara Borda (2008 [1999]).

No PVR e no PVB, trabalhamos com distintos sujeitos a partir dos mesmos princípios (participação, interdisciplinaridade, agroecologia, diversificação das atividades produtivas e culturais, formação política continuada e solidariedade) e das mesmas práticas, nas pesquisas e nas ações, conseguindo resultados muito relevantes, inerentes à compreensão e atuação no desenvolvimento territorial - na época denominado *comunitário* - numa perspectiva multidimensional: produção agropecuária (manejo florestal, pastagens, recursos hídricos e eliminação dos agrotóxicos); saúde e saneamento ambiental (família, habitação e infraestrutura); lazer e cultura (recreação, cursos e oficinas); educação (formal e informal); divulgação dos projetos com o envolvimento direto dos moradores da comunidade de Jacutinga e do Bairro São Francisco – Francisco Beltrão. Em ambos os projetos, as ações – participativas na pesquisa e na cooperação - visaram o desenvolvimento *respeitando* a natureza, a cultura e as necessidades mais imediatas das populações locais.

Os princípios foram transformados em diretrizes e práticas, por meio das discussões feitas com os sujeitos de cada projeto, com as lideranças (das instituições, das “linhas” de

Jacutinga e das ruas do Bairro São Francisco) e grupos de moradores. Debatemos e definimos em conjunto o *jeito* de trabalhar, *devolvendo/apresentando/discutindo* os dados coletados (visando à valorização dos sujeitos do campo e da cidade, bem como a construção de uma sociedade mais justa e *democrática*); efetivamos a redação das análises, caracterizando a situação atual dos estabelecimentos rurais, dos lotes urbanos e das famílias, estabelecendo as metas, as ações, o orçamento necessário e os responsáveis por cada atividade prevista e aprovada nas assembleias deliberativas; debatemos e definimos as ações prioritárias para os primeiros meses e anos de cada projeto; concretizamos as mesmas, em conjunto, avaliando-as identificando dificuldades, avanços conseguidos e prioridades para o futuro.

[...] As reavaliações de estratégias e ações adotadas são ingredientes importantes na práxis cotidiana do PVB. Em nossas reuniões sempre (re)avaliamos como estão indo as *coisas*, se estão coerentes as formas adotadas do onde chegar, como chegar e quais ações (quem, como, quando) realizar para atingir nossas metas. Sempre que necessário, reorganizamos nosso trabalho (AUTOR, PACÍFICO e FLÁVIO, 2005, p. 48; grifo do original).

Há vários outros movimentos exitosos nesta perspectiva: em Cuba, com a produção de *arroz popular* para o *autoabastecimento* (MONZOTE, 2011); no México, com a fabricação do *pan de fiesta de San Juan Huactzinco*, num híbrido de inovação e conservação do sabor e do manejo, tentando manter a identidade repassada de geração em geração como patrimônio familiar (ELIZALDE e SÁNCHEZ, 2012); na Argentina, a revalorização do tomate platense resultou da ativação dos produtores e significa a reativação de um produto típico, por meio da reprodução de um saber-fazer inerente à identidade histórica e cultural platense (VELARDE, 2003). Nas cidades, pode-se criar *bairros de valor ambiental* ou ecológicos (RACINE, 2009) valorizando o patrimônio cultural local e estimulando uma cultura da sustentabilidade para a preservação do ambiente por meio de um processo educativo. Pode ser feito um acordo entre diferentes instituições associativas, governamentais e não governamentais para estabelecer as diretrizes e os princípios da iniciativa e sua concretização, estimulando o trabalho solidário das pessoas dos bairros envolvidos.

Reconhecemos, portanto, a centralidade, nas atividades cotidianas (econômicas, políticas, culturais e ambientais), da reciprocidade com cooperação e solidariedade entre distintos sujeitos, famílias, grupos e classes, em *territórios de existência, vida, luta e resistência* (THOMPSON, 1998 [1991]; MARQUES, 2004; FERNANDES, 1996; BARTRA, 2014a; RODRÍGUEZ, LIZÁRRAGA e BÓRQUEZ, 2014).

Territórios e lugares onde o desenvolvimento contém mudanças e permanências, tradições e identidades, relações de pertencimento e confiança, redes de cooperação e especialização produtiva, *ancoragens* e proximidades, mercado e reciprocidade. O desenvolvimento significa um *sistema de valores, instituições e vínculos*, com um forte *sentido*

*de pertencimento à comunidade local* (BECATTINI, 2000 [1989]). Desse modo, identificamos, no POVO, no *pobre* e humilde, juntamente com Funes (1981), uma potência ou um importante *capital humano* que pode ser mobilizado, no campo e na cidade, por meio de uma *estratégia territorial endógena* que, por sua vez, depende diretamente das decisões políticas para a construção de uma sociedade mais justa e menos desigual (VALLE, 2007), a partir do local, da *ancoragem*, do reconhecimento, do pertencimento, da territorialidade ativa, da consciência do inacabamento, da auto-organização e autogestão, da partilha, da sinergia e da *consciência de classe e de lugar*.

Quem sabe, assim, teremos mais condições de construir um *pluriverso*, com *múltiplos mundos interconectados*, diferentes, com *novos valores* (solidariedade e ética), auto-organização e confiança (ESCOBAR, 2012), nos termos que já experimentamos na pesquisa e na ação participantes, contribuindo direta e sistematicamente para produzir homens mais humanos, ecológicos, solidários e autônomos politicamente.

#### **Referências:**

- AUBRY, C. e CHIFFOLEAU, Y. Le développement des circuits courts et l'agriculture periurbane: histoire, evolution en cours et questions actuelles. *Innovations Agronomiques*, n. 5, 2009, p. 53-67.
- BAGNASCO, A. *Tre Italie*. La problematica territoriale dello sviluppo italiano. Bologna: Il Mulino, 1977.
- BAGNASCO, A. Problematiche dello sviluppo e articolazione dell'analisi: un paradigma per l'analisi territoriale. In: BAGNASCO, A.; MESSORI, M. e TRIGILIA, C. (Org.). *Le problematiche dello sviluppo italiano*. Milão: Feltrinelli, 1978. p. 205-251.
- BAGNASCO, A. *La costruzione sociale del mercato*. Bologna: Il Mulino, 1988.
- BARTRA, A. Campesinos del tercer milenio: aproximaciones a una quimera. *Revista ALASRU*, Nueva Época, México, n. 10, 2014a, p. 17-43.
- BARTRA, A. Campesindios: *ethos*, clase, predadores, paradigma. Aproximaciones a una quimera. In: HIDALGO, F.; HOUTART, F. e LIZÁRRAGA, P. (Org.). *Agriculturas campesinas en Latinoamérica – propuestas y desafíos*. Quito: Editorial IAEN, 2014b. p. 269-276.
- BECATTINI, G. Il distretto industriale marshalliano come concetto socio-economico. In: BECATTINI, G. (Org.). *Il distretto industriale*. Torino: Rosenberg & Sellier, 2000 [1989]. p. 57-78.
- BECATTINI, G. *Il distretto industriale*. Torino: Rosenberg & Sellier, 2000.
- BECATTINI, G. *Ritorno al territorio*. Bologna: Il Mulino, 2009.
- BECATTINI, G. Costruire il territorio. In: BECATTINI, G. (Org.). *Ritorno al territorio*. Bologna: Il Mulino, 2009 [2002]. p. 265-280.
- BECATTINI, G. *La coscienza dei luoghi*. Il territorio come soggetto corale. Roma: Donzelli, 2015.
- BECATTINI, G. e MAGNAGHI, Ao. Coscienza di classe e coscienza di luogo. In: BECATTINI, G. (Org.). *La coscienza dei luoghi*. Roma: Donzelli, 2015. p. 115-222.
- BELLIGIANO, A. e DE RUBERTIS, S. Le filiere corte agroalimentari nei processi di sviluppo locale. *XXIV Convegno di Sinergie*, 2012, Lecce (Itália), p. 513-524.
- BIGNANTE, E.; DANSERO, E. e LODA, M. Geografia e cooperazione allo sviluppo: prospettive e agende di ricerca. *GEOTEMA*, Bologna, n. 48, anno XIX, 2015, p. 5-24.
- BORDA, O. F. Orígenes universales y retos actuales de la IAP (Investigación Acción Participativa). *Peripecias*, n. 110, 2008 [1999], p. 1-14.

- BORDA, O. F. e MORA-OSEJO, L. E. La superación del eurocentrismo – enriquecimiento del saber sistémico y endógeno sobre nuestro contexto tropical. *POLIS – Revista Latinoamericana*, n. 7, p. 1-6, 2004.
- BOZZANO, H. *Territorios reales, territorios pensados, territorios posibles*. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2000.
- BOZZANO, H. La inteligencia territorial en America Latina: cinco triangulaciones y cinco fases entre la ciencia y la gente. In: GIRARDOT, J. J.; CIRIO, G.; BARRIONUEVO, C.; GLIEMMO, F. (Org.). *Inteligencia territorial: teoría, métodos e iniciativas en Europa y América Latina*. La Plata: Universitaria de La Plata, 2012a. p. 90-119.
- BOZZANO, H. *Territorios posibles: procesos, lugares y actores*. 2a. Ed. Buenos Aires: Lumiere, 2012b.
- BRUNET, R. Produzione di territorio: attori e leggi nel mondo reale. In: *Le frontiere della Geografia: testi, dialoghi e racconti per Giuseppe Dematteis*. Novara-Torino: UTET, 2009. p.213-226.
- BRUNETTA, G. Reti di trasporto e asseti territoriali. Politiche di integrazione tra reti e strategie di efficienza allocativa. In: CAMAGNI, R. e CAPELLO, R. (Org.). *Strategie di competitività territoriale: il paradigma a rete*. Torino: SEAT, 1997. p. 119-148.
- CAMAGNI, R. Strutture urbane gerarchiche e reticolare: verso una teorizzazione. In: CURTI, F. e DIAPPI, L. (Org.). *Gerarchie e reti di città: tendenze e politiche*. Milão: Franco Angeli, 1990.
- CAMAGNI, R. Le reti di città in Lombardia: introduzione e sintesi della ricerca. In: CAMAGNI, R. e DE BLASIO, G. (Org.). *Le reti di città. Teoria, politiche e analisi nell'area padana*. Milão: Franco Angeli, 1993. p. 21-52.
- CAMAGNI, R. Luoghi e reti nelle politiche di competitività territoriale. In: CAMAGNI, R. e CAPELLO, R. (Org.). *Strategie di competitività territoriale: il paradigma a rete*. Torino: SEAT, 1997. p.167-179.
- CAMAGNI, R. e SALONE, C. Elementi per una teorizzazione delle reti di città. In: CAMAGNI, R. e DE BLASIO, G. (Org.). *Le reti di città. Teoria, politiche e analisi nell'area padana*. Milão: Franco Angeli, 1993. p. 53-67.
- CARLOS, A. F. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- CHAFFOTTE, L. e CHIFFOLEAU, Y. Vente directe et circuits courts: évaluations, définitions et typologie. *Les Cahiers de L'Oservatoire CROC*, Montpellier, 2007, n. 1, p. 1-8.
- CHAVEZ, A. e SALCIDO, G. *Gobernanza de los sistemas agroalimentarios localizados: el caso de los productores rurales de nopal en Tlalnepantla, Morelos*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2014.
- CORAGGIO, J. L. Desarrollo local y municipios participativos. In: CORAGGIO, J. L. *Descentralizar: barajar y dar de nuevo. La participación en juego*. Quito: FLACSO Ecuador, 2004 [2000]. p. 159-172.
- CORAGGIO, J. L. Los caminos de la economía social y solidaria. *Íconos*, n. 33, vol. 13, Quito, 2009, p. 29-38.
- DANSERO, E. Geografia e cooperazione allo sviluppo. Prospettive di ricerca. In: BIGNANTE, E.; DANSERO, E. e SCARPOCCHI, C. (Org.). *Geografia e cooperazione allo sviluppo. Temi e prospettive per un approccio territoriale*. Milão: Franco Angeli, 2008. p. 9-26.
- DANSERO, E. e ZOBEL, B. Verso un dialogo tra comunità scientifica e comunità locale. In: *Promozione della sostenibilità nel Pinerolese – un percorso di ricerca/azione territoriale*. Turim: Euro Mountains, 2007. p.135-141.
- DANSERO, E. e PUTTILLI, M. La realtà degli *alternative food networks* (AFN) in Piemonte. Riflessioni teoriche ed evidenze empiriche. In: GIACCARIA, P., ROTA, F. e SALONE, C. (Org.). *Praticare la territorialità. Riflessioni sulle politiche per la green economy, l'agroindustria e la cultura in Piemonte*. Roma: Carocci Editore, 2013. p. 77-108.
- DAROLT, M. Circuitos curtos de comercialização de alimentos ecológicos: reconectando produtores e consumidores. In: NIEDERLE, P.; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F. (Org.). *Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura*. Curitiba: Kairós, 2013. p. 139-170.

- DEDA, P. Reti di città e città in rete: politiche, sinergie progettuali ed alleanze strategiche. In: CAMAGNI, R. e CAPELLO, R. (Org.). *Strategie di competitività territoriale: il paradigma a rete*. Torino: SEAT, 1997. p. 97-117.
- DELEUZE, G. e GUATTARI, F. *O anti-Édipo*. Capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1976 [1972].
- DELHOMMEAU, T. Circuits courts et circuits de proximité, *Les Cahiers de la Solidarité*, n. 20, 2009, p. 57-61.
- DEMATTEIS, G. Alcuni relazioni tra l'ambito territoriale dei rapporti sociali e i caratteri della casa rurale. *Atti 19° Congresso Geografico Italiano*, Como, vol. III, 1964, p.239-253.
- DEMATTEIS, G. "Rivoluzione quantitativa" e nuova geografia. *Laboratorio di Geografia Economica*, n. 5, Università degli Studi di Torino, Torino, 1970.
- DEMATTEIS, G. Il "terreno" come lotta di classe: la "scoperta" del territorio nel 1968-69. In: CANIGIANI, F.; CARAZZI, M.; GROTTANELLI, E. (Org.). *L'inchiesta sul terreno in geografia – geografia democratica*. Torino: Giappichelli, 1981 [1979]. p.135-144.
- DEMATTEIS, G. *Le metafore della terra*. La geografia umana tra mito e scienza. Milano: Feltrinelli, 1985.
- DEMATTEIS, G. Nodi e reti nello sviluppo locale. In: MAGNAGHI, A. (Org.). *Il territorio dell'abitare*. Milano: Angeli, 1990. p. 249-268.
- DEMATTEIS, G. Possibilità e limiti dello sviluppo locale. *Sviluppo locale*, I, 1, Firenze, 1994, p. 10-30.
- DEMATTEIS, G. *Progetto implicito*. Il contributo della geografia umana alle scienze del territorio. Milano: Angeli, 1995.
- DEMATTEIS, G. Il tessuto delle cento città. In: COPPOLA, P. (Org.). *Geografia politica delle regioni italiane*. Torino: Einaudi, 1997. p. 192-229.
- DEMATTEIS, G. Sul crocevia della territorialità urbana. In: DEMATTEIS, G. et al. (Org.). *I futuri della città – Tesi a confronto*. Milano: Angeli, 1999. p. 117-128.
- DEMATTEIS, G. Per una geografia della territorialità attiva e dei valori territoriali. In: BONORA, Paola. (Org.). *Slot, quaderno 1*. Bologna: Baskerville, 2001. p.11-30.
- DEMATTEIS, G. Per una geografia dell'agire collettivo. In: BORGARELLO, G.; DANSERO, E.; DEMATTEIS, G.; GOVERNA, F.; ZOBEL, B. (Org.). *Promozione della sostenibilità nel Pinerolese – un percorso di ricerca/azione territoriale*. Turim: Euro Mountains, 2007. p. 27-31.
- DEMATTEIS, G. Sistema Local Territorial (SLOT): um instrumento para representar, ler e transformar o território. In: ALVES, A.; CARRIJO, B.; CANDIOTTO, L. (Org.). *Desenvolvimento territorial e agroecologia*. SP: Expressão Popular, 2008. p. 33-46.
- DEMATTEIS, G. e GIORDA, C. Territorial values and geographical education. *Journal of Research and Didactics in Geography*, v. 1, n. 2, 2013, p. 17-32.
- DEMATTEIS, G. e GOVERNA, F. Ha ancora senso parlare di identità territoriale? *Atti dei Convegni Lincei*, 194 – Convegno internazionale: La nuova cultura delle città. Roma: Accademia Nazionale dei Lincei, 2003. p. 264-281.
- DEMATTEIS, G. e GOVERNA, F. Il territorio nello sviluppo locale. Il contributo del modelo Slot. In: DEMATTEIS, G. e GOVERNA, F. (Org.). *Territorialità, sviluppo locale, sostenibilità: il modello Slot*. Milano: Angeli, 2005. p.15-38.
- DI MÉO, G. Les territoires de la localité. *Espace géographique*, tome 22, n. 4, 1993, p. 306-317.
- DUPUY, G. *Systèmes, réseaux et territoires: principes de réseautique territoriale*. Paris: Presses de l'Ecole Ponts et Chaussées, 1985.
- EDUARDO, M. *Transformando terra em território: construção e dinâmica do sistema local territorial agroecológico em Francisco Beltrão, PR*. Tese – Doutorado em Geografia – UNESP, Presidente Prudente, 2014.
- ELIZALDE, A. e SÁNCHEZ, A. El pan de fiesta de San Juan Huactzinco, Tlaxcala: tradición detonante del desarrollo local? In: SÁNCHEZ, Alfonso y CORTÉS, Celia. (Org.). *Desarrollo y territorio: abordajes teórico-metodológicos y expresiones socioterritoriales*. Tlaxcala, México: El Colegio de Tlaxcala; CIISDER, Universidad Autónoma de Tlaxcala, 2012. p. 199-222.
- ESCOBAR, A. Más allá del desarrollo: postdesarrollo y transiciones hacia el pluriverso, *Revista de Antropología Social*, 2012, n. 21, p. 23-62.
- FERNANDES, B. *MST: formação e territorialização*. São Paulo: Hucitec, 1996.

- FERNANDES, B. Vinte anos de MST e a perspectiva da reforma agrária no Governo Lula. In: OLIVEIRA, A. e MARQUES, M. (Org.). *O campo no século XXI – território de vida, de luta e de construção da justiça social*. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004. p. 273-291.
- FORNO, F. e MAURANO, S. Cibo, sostenibilità e territorio – dai sistemi di approvvigionamento alternativi ai food policy councils. *Rivista Geografica Italiana*, Florença, n. 123, p. 1-20, 2016.
- FOURNY, M. C. Le città alpine tra urbanizzazione, innovazione e mantenimento dell'identità. *Convegno Internazionale Città delle Alpi*, Trento, IstitutoTrentino di Cultura, 2004. p. 15-22.
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 2011 [1974].
- FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia*. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011 [1996].
- FUNES, S. Introducción a la utopía de Chayanov. *Cuadernos de Pasado y Presente - Chayanov y la teoría de la economía campesina* -, n. 94, México, 1981.
- GIORDA, C. Conoscenza geografica e cittadinanza – um progetto per Il territorio. In: GIORDA, C. e PUTTILLI, M. (Org.). *Educare al territorio, educare il territorio - Geografia per la formazione*. Roma: Carocci, 2011. p. 45-54.
- GIRARD, M. Economía social y comercialización de productos orgánicos en Cusco, Perú. *Eutopía*, n. 7, Quito, 2015, p. 91-108.
- GIRARDOT, J-J. Intelligence territoriale et participation. *III Rencontres «TIC & Territoire: quels développements ?»*, Lille, n. 16, n. 161, 2004, p. 1-13.
- GIRARDOT, J-J. Seis hitos en la creación y el desarrollo de la inteligencia territorial. In: GIRARDOT, J. J.; CIRIO, G.; BARRIONUEVO, C.; GLIEMMO, F. (Org.). *Inteligencia territorial: teoría, métodos e iniciativas en Europa y América Latina*. La Plata: Universitaria de La Plata, 2012. p. 30-37.
- GODOY, D. Territorios campesinos y agroindustria: un análisis de las transformaciones territoriales desde la economía de la proximidad. *Eutopía*, Quito, n. 10, 2016, p. 41-55.
- GONZÁLEZ DIAZ, J. et al. La territorialización de la política pública en el proceso de gestión territorial como praxis para el desarrollo. *Cuadernos de Desarrollo Rural*, Bogotá, 10 (72), 2013, p. 243-265.
- GOVERNA, F. Il territorio come soggetto collettivo? Comunità, attori, territorialità. In: BONORA, P. (Org.). *Slot, quaderno 1*. Bologna: Baskerville, 2001. p. 31-46.
- GOVERNA, F. e SALONE, C. Territories in action, territories for action: the territorial dimension of italian local development policies, *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 28, n. 4, 2004, p. 796-818.
- GOTTMANN, J. De la méthode d'analyse en géographie humaine. *Bulletin de la Société de Géographie*, Paris, n. 301, 1947, p.1-12.
- GOTTMANN, J. *La politique des États et leur Géographie*. Paris: Armand Colin, 1952.
- GOTTMANN, J. *The significance of territory*. Charlottesville: University Press of Virginia, 1973.
- GOTTMANN, J. The evolution of the concept of territory. *Social Science Information*, 14 (3-4), 1975, p. 29-47.
- HAKMI, L. e ZAOUAL, H. La dimension territoriale de l'innovation. In: ZAOUAL, H. (Org.). *Développement durable des territoires*. Paris: L'Harmattan, 2008. p. 31-60.
- HARGUINDEGUY, L. C. *Economía solidaria: local y diversa*. Talaxcala, México: El Colegio de Tlaxcala, 2014.
- HARVEY, D. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas abancadas. *Espaço e Debates*, ano 2, n. 6, São Paulo, 1982, p. 6-35.
- HIDALGO, F. e FERNÁNDEZ, Á. *Contrahegemonia y buen vivir*. Quito: Universidad Central del Ecuador y Universidad del Zulia (Venezuela), 2012.
- HINKELAMMERT, F. e JIMÉNEZ, H. Por una economía orientada hacia la reproducción de la vida. *Íconos*, n. 33, vol. 13, Quito, 2009, p. 39-49.
- INDOVINA, F. e CALABI, D. Sull'uso capitalistico del territorio. In: LUSSO, G. (Org.). *Economia e territorio*. Milano: Angeli, 1974. p. 205-222.
- KROPOTKIN, P. Lo que la Geografía debe ser. In: MENDOZA, J.; JIMÉNEZ, J. e CANTERO, N. (Org.). *El pensamiento geográfico – estudio interpretativo y antología de textos*. Madrid: Alianza Ed., 1982 (1885), p. 227-240.
- LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 1991 [1967].

- LEFEBVRE, H. *Lógica formal. Lógica dialéctica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995 [1969].
- LÊNIN, V. *Aos pobres do campo*. São Paulo: Ed. Acadêmica, 1988 [1905].
- LEVY, J. Il ya a du monde ici. In: DEMATTEIS, G. e FERLAINO, F. (Org.). *Il mondo e i luoghi*. Turim: IRES, 2003, p. 59-63.
- LIZÁRRAGA, P. e VACAFLORES, C. Lo agrario en la reconstitución del sujeto indígena originario campesino. In: HIDALGO, F.; HOUTART, F. e LIZÁRRAGA, P. (Org.). *Agriculturas campesinas en Latinoamérica – propuestas y desafíos*. Quito: Editorial IAEN, 2014. p. 277-296.
- LUSSAULT, M. *De la lutte des classes à la lutte de places*. Paris: Grasset, 2009.
- MAGNAGHI, A. Il territorio nella crisi. *Quaderni del territorio*, anno 1, n.1. Milano: CELUC Libri, 1976. p. 15-29.
- MAGNAGHI, A. Per una nuova carta urbanistica. In: MAGNAGHI, A. (Org.). *Il territorio dell'abitare*. Milano: Angeli, 1990. p. 21-72.
- MAGNAGHI, A. Per uno sviluppo locale autosostenibile. *Materiali*, n. 1, Firenze, Centro A-Zeta, 1995.
- MAGNAGHI, A. *Il progetto locale*. Torino: Bollati Boringhieri, 2000.
- MAGNAGHI, A. La rappresentazione identitaria del patrimonio territoriale. In: DEMATTEIS, G. e FERLAINO, F. (Org.). *Il mondo e i luoghi: geografie delle identità e del cambiamento*. Torino: IRES/SGI, 2003. p. 13-20.
- MAGNAGHI, A. Dalla partecipazione all'autogoverno della comunità locale: verso il federalismo municipale solidale, *Democrazia e Diritto*, n. 3, 2006, p. 1-13.
- MAGNAGHI, A. Territorio: dal progetto implicito al progetto esplicito. In: *Le frontiere della Geografia*. Novara-Torino: UTET, 2009. p. 275-292.
- MAGNAGHI, A. Educare al territorio: conoscere, rappresentare, curare, governare. In: GIORDA, C. e PUTTILLI, M. (Org.). *Educare al territorio, educare il territorio - Geografia per la formazione*. Roma: Carocci, 2011. p. 32-42.
- MAGNAGHI, A. Riterritorializzare il mondo, *Scienze del Territorio*, v. 1, Firenze, 2013, p. 47-58.
- MAGNAGHI, A. La lunga marcia del ritorno al territorio. In: BECATTINI, G. (Org.). *La coscienza dei luoghi*. Roma: Donzelli, 2015. p. VII-XVI.
- MARQUES, M. Lugar do modo de vida tradicional na modernidade. In: OLIVEIRA, A. e MARQUES, M. (Org.). *O campo no século XXI – território de vida, de luta e de construção da justiça social*. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004. p.145-158.
- MARTINEZ, J. e RIVERA, M. C. *El sistema agroalimentario local de arroz del estado de Morelos*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2014.
- MARTINS, J. S. *A sociabilidade do homem simples*. São Paulo: Contexto, 2008.
- MARX, Karl: *Manuscritos: economia y filosofía*. Traducción, introducción y notas de francisco R. Llorente. Madrid, Alianza Editorial, 1984.
- MARX, K. *GRUNDRISSE - Lineamientos fundamentales para la crítica de la economía política. 1857-1858 (Vol I e II)*. Traducción de Wenceslao Roces. México, D. F., Fondo de Cultura Económica, 1985.
- MARX, K. Teses sobre Feuerbach. In: MARX, K. e ENGELS, F. *A ideologia alemã (Feuerbach)*. São Paulo: Hucitec, 1991. p. 11-14.
- MARX, K. *Il capitale (I, II, III)*. Roma: Newton Compton, 2005.
- MARX, K. e ENGELS, F. *A ideologia alemã (Feuerbach)*. São Paulo: Hucitec, 1991.
- MARX, K. e ENGELS, F. *Manifesto del partito comunista*. Milão: Rizzoli, 1998.
- MEDEIROS, R. M. Dilemas na conceituação do campo e do rural no Brasil. In: AUTOR, M.; SUZUKI, J.; MARAFON, G. (Org.). *Territorialidades e diversidade nos campos e nas cidades latino-americanas e francesas*. São Paulo: Outras Expressões, 2011. p. 59-65.
- MONZOTE, F. Transición hacia la agricultura sostenible em Cuba. In: GASCÓN, Jordi y MONTAGUT, Xavier. (Org.). *Estado, movimientos sociales y soberanía alimentaria en America Latina*. Quito: FLACSO – Ecuador; ICARIA Ed.; XARXA de Consum Solidari, 2011. p. 99–133.
- PECQUEUR, B. e ZIMMERMANN, J. Les fondements d'une économie de proximités, Marseille. GREQAM, DT 02A26, 2002, p.1-23.

- PECQUEUR, B. e ZIMMERMANN, J. Fundamentos de uma economia da proximidade. In: DINIZ, Clélio e LEMOS, Mauro. *Economia e território*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005. p. 77-101.
- PIRES, E.; FUINI, L.; MANCINI, R. e PICCOLI NETO, D. *Governança territorial: conceito, fatos e modalidades*. Rio Claro, SP: UNESP – IGCE; PPGG, 2011.
- PUTTILLI, M. *Geografia delle fonti rinnovabili*. Milão: Franco Angeli, 2014.
- QUAINI, M. L'elogio dei luoghi e la voglia di pre-moderno. Riflessioni in margine a un manuale curato da Alberto Magnaghi. *Rivista Geografica Italiana*, 111, 2004, p. 341-355.
- QUAINI, M. *L'ombra del paesaggio*. Orizzonti di un'utopia conviviale. Reggio Emilia: Diabasis, 2006.
- QUAINI, M. Dalla coscienza di classe alla "coscienza di luogo" ovvero "de la lutte des classes à la lutte des places". Declinazioni del concetto di luogo e di paesaggio. Treviso, *Fondazione Benetton*, 2010, p. 1-13.
- QUAINI, M. Geografia: pensamento impensado (Aos colegas e companheiros geógrafos do grande Brasil). In: AUTOR; SUZUKI, J. e MARAFON, G. (Org.). *Territorialidades e diversidade nos campos e nas cidades latino-americanas e francesas*. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 15-25.
- QUIJANO, A. El fantasma del desarrollo en América Latina. *Rev. Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, Vol. 6, n. 2, 2000, p. 73-90.
- RACINE, J-B. La territorialité, référentiel obligé de la géographie? Une théorie encore à construire. In: RACINE, Jean-Bernard; HUSSY, Jocelyne et al. (Org.). *La territorialité: une théorie à construire – en hommage à Claude Raffestin*. Genebra: Departement de Géographie – Université de Genève, 2002. p. 5-16.
- RACINE, J-B. Città e democrazia partecipativa: le nozze tra esperto e profano. Riflessioni sul possibile coinvolgimento del sapere geografico. In: *Le frontiere della Geografia*. Novara-Torino: UTET, 2009. p.129-143.
- RAFFESTIN, C. Paysage et territorialité. *Cahiers de géographie du Québec*, vol. 21, n.53-54, 1977, p.123-134.
- RAFFESTIN, C. L'evoluzione storica della territorialità in Svizzera. In: RAFFESTIN, C.; RACINE, J. B.; RUFFY, V. (Org.). *Territorialità e paradigma centro-periferia*. La Svizzera e la Padania. Milano: Unicopli, 1978. p. 11-26.
- RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993 [1980].
- RAFFESTIN, C. Territorializzazione, deterritorializzazione, riterritorializzazione e informazione. In: TURCO, A. (Org.). *Regione e regionalizzazione*. Milano: Angeli, 1984. p. 69-82.
- RAFFESTIN, C. Punti di riferimento per una teoria della territorialità umana. In: COPETA, C. (Org.). *Esistere ed abitare*. Prospettive umanistiche nella geografia francofona. Milano: Angeli, 1986. p. 75-89.
- RAFFESTIN, C. Reperès pour une théorie de la territorialité humaine. *Cahier/Groupe reseaux*, n.7, vol.3, 1987, p. 2-22.
- RAFFESTIN, C. Immagini e identità territoriali. In: DEMATTEIS, G. e FERLAINO, F. *Il mondo e i luoghi: geografie delle identità e del cambiamento*. Torino: IRES, 2003. p. 3-11.
- RAFFESTIN, C. *Dalla nostalgia del territorio al desiderio di paesaggio*. Elementi per una teoria del paesaggio. Firenze: Alinea, 2005.
- RAFFESTIN, C. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: AUTOR e SPOSITO, E. (Org.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 17-35.
- RECLUS, E. *Nouvelle Géographie Universelle*. Paris: Hachette, 1876.
- RENTING, H.; MARSDEN, T.; BANKS, J. Understanding alternative food networks: exploring the role of short food supply chains in rural development. *Environment and Planning A*, v. 35, 2003, p. 393-411.
- REYES, L. A. *El pensamiento indígena en América*. Buenos Aires: Biblos, 2009.
- RICHEZ-BATTESTI, N. Innovations sociales et dynamiques territoriales. Un approche par la proximité. In: ZAOUAL, H. (Org.). *Développement durable des territoires*. Paris: L'Harmattan, 2008. p. 61-87.

- RODRÍGUEZ, V.; LIZÁRRAGA, P. e BÓRQUEZ, L. Procesos políticos y movimientos campesinos e indígenas en Abya Yala. In: HIDALGO, F.; HOUTART, F. e LIZÁRRAGA, P. (Org.). *Agriculturas campesinas en Latinoamérica – propuestas y desafíos*. Quito: Editorial IAEN, 2014. p. 167-177.
- RULLANI, E. Più locale e più globale: verso una economia postfordista del territorio. In: BRAMANTI, A. e MAGGIONI, M. *La dinamica dei sistemi produttivi territoriali: teorie, tecniche, politiche*. Milano: Franco Angeli, 1997. p. 85-111.
- RULLANI, E. Complessità sociale e intelligenza localizzata. In: GAROFOLI, Gioacchino (Org.). *Impresa e territorio*. Bologna: Il Mulino, 2003. p. 85-130.
- RULLANI, E. Dai distretti alla distrettualizzazione: le forze che fanno (e disfano) il sistema territoriale. In: BELLANCA, N.; DARDI, M.; RAFFAELLI, T. (Org.). *Economia senza gabbie*. Bologna: Il Mulino, 2005. p. 111-169.
- RULLANI, E. La città al tempo delle reti. In: *Le frontiere della Geografia*. Novara-Torino: UTET, 2009. p. 145-172.
- RULLANI, E.; MICELLI, S. e DI MARIA, E. Tra città reale e città virtuale: il territorio nel postfordismo. In: RULLANI, E.; MICELLI, S. e DI MARIA, E. (Org.). *Città e cultura nell'economia delle reti*. Bologna: Mulino, 2000. p.13-56.
- SALCIDO, G. et al. *Políticas para la producción de cuitlacoche en invernadero en Tlaxcala, México*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2014.
- SALVATORI, F. Il territorio come produttore di conoscenze. In: DEMATTEIS, G. e FERLAINO, F. (Org.). *Il mondo e i luoghi: geografie delle identità e del cambiamento*. Torino: IRES, SGI, 2003. p. 91.
- SÁNCHEZ, A. Dilemas teóricos y metodológicos de la sociología rural en América Latina. *Revista ALASRU*, Nueva Época, México, n. 10, 2014, p. 359-380.
- SANZ, J. Sistemas agroalimentarios locales y multifuncionalidad. Un enfoque de investigación en alimentos, ciencias sociales y territorio. In: RIVERA, M. (Org.). *El desarrollo hoy hacia la construcción de nuevos paradigmas*. México: UNAM – Instituto de Investigaciones Económicas, 2014. p. 87-103.
- SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M. et. al. (Org.). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1994. p. 15-20.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço*. Técnica e tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.
- AUTOR. 2003 [2001].
- AUTOR. 2005, p. 35-51.
- AUTOR. 2006a, p.71-85.
- AUTOR. 2006b. p. 157-186.
- AUTOR. 2007.
- AUTOR. 2008. p. 47-60.
- AUTOR. 2009. p. 73-94.
- AUTOR. 2011, p. 5-15.
- AUTOR. 2012.
- AUTOR. 2013a, p. 111-123.
- AUTOR. 2013b. p. 47-74.
- AUTOR. 2014a, p. 1-30.
- AUTOR. 2014b. p. 11-36.
- AUTOR. 2014c. p. 65-92.
- AUTOR. 2014d, p. 125-143.
- AUTOR. 2015 (2011).
- AUTOR. 2016a.
- AUTOR. 2016b, p. 57-76.
- AUTOR. 2017a. p. 37-67.
- AUTOR. 2017b (no prelo).
- AUTOR e ALVES, A. 2014, p. 574-598.
- AUTOR y ALVES, A. 2015, p. 11-34.
- AUTOR; DANSERO, E. e CANDIOTTO, L. (Org.). 2012.

- AUTOR e DUARTE, Valdir. 1996.
- AUTOR et al. 2010. p. 237-254.
- AUTOR e FLAVIO, L. C. 2015.
- AUTOR; GAIOVICZ, E; MEIRA, S. e SOUZA, P. 2012. p. 35-62.
- AUTOR; PACÍFICO, J.; FLÁVIO, L. C. 2005.
- AUTOR e SPOSITO, E. 2008. p. 15-31.
- SCOONES, I. Livelihoods perspectives and rural development. *The Journal of Peasant Studies*, v. 36, n. 1, 2009, p. 171-196.
- SCOPPETTA, C. *Immaginare la metropoli della transizione*. La città come *living machine*. Roma: Campisano, 2009.
- SPOSITO, M. E. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. In: SPOSITO, M. E. e WHITACKER, A. (Org.). *Cidade e campo: relações e contradições entre o urbano e o rural*. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 111-130.
- SPOSITO, E. *Geografia e filosofia*. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.
- STORPER, M. Le economie locali come beni relazionali. In: GAROFOLI, G. (Org.). *Impresa e territorio*. Bologna: Il Mulino, 2003. p. 169-208.
- TEUBAL, M. O campesinato frente à expansão dos agronegócios na América Latina. In: PAULINO, E. e FABRINI, J. (Org.). *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 139-160.
- TEUBAL, M. Apuntes sobre el desarrollo. In: GIARRACCA, N. (Org.). *Bicentenarios (otros), transiciones y resistencias*. Buenos Aires: Una Ventana, 2011. p. 185-207.
- THOMPSON, E. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia das Letras, 1998 [1991].
- TOLDO, A. *Smart environment e governance ambientale*. In: SANTANGELO, M; ARU, S.; POLLIO, A. (Org.). *Smart city*. Roma: Carocci, 2013. p. 107-133.
- TURCO, A. *Verso una teoria geografica della complessità*. Milano: Unicopli, 1988.
- TURCO, A. *Configurazioni della territorialità*. Milão: Franco Angeli, 2010.
- TURRI, E. *La conoscenza del territorio*. Metodologia per un'analisi storico-geografica. Venezia: Marsilio, 2002.
- VALLE, L. M. Puede la pobreza rural ser abordada a partir de lo local? *Íconos*, n. 29, v. 11, Quito, 2007, p. 51-61.
- VAZQUEZ, A. *Filosofia da Praxis*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990 [1977].
- VELARDE, I. Metodología de activación de productos locales: construyendo una calidad 'posible' con pequeños productores rioplatenses. *Sistemas Agroalimentarios Localizados*, INRA/INTA, La Plata, 2003, p. 9-20.
- ZIBECHI, R. *Territórios em resistência*. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.